



1º Simulado

TCE AM

Auditor Técnico de Controle Externo
Área de Auditoria Governamental
Pós-editais

Simulado Especial

TCE AM – Auditor Técnico de Controle Externo

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TCE AM;
- 2 – A prova contém **80 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-AM-04-07-21>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E | 71 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E | 72 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E | 73 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E | 74 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E | 75 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E | 76 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E | 77 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E | 78 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E | 79 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E | 80 – A B C D E |

LINGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo / Patrícia Manzato

01. Confúcio, filósofo chinês, dizia o seguinte: “Se queres conhecer o passado, examina o presente que é o resultado; se queres conhecer o futuro, examina o presente que é a causa.”.

A opção correta sobre a estrutura desse pensamento é:

- a) passado e futuro são responsáveis pelo presente;
- b) o presente é o resultado do futuro;
- c) o futuro é resultado do presente;
- d) o passado é consequência do presente;
- e) a relação de causa e efeito no futuro não é clara para o filósofo.

02. Um grande líder declarou: “Pretender que a vida dos homens fosse sempre dirigida pela razão é destruir toda a possibilidade de vida.”.

A modificação necessária para que esse texto fique correto é:

- a) “pela razão” deve ser substituído por “pelo motivo”;
- b) “Pretender” deve ser substituído por “querer”;
- c) inserir uma vírgula antes de “é destruir”;
- d) “fosse” deve ser substituído por “seja”;
- e) inserir uma vírgula antes de “que a vida dos homens”.

03. “Pretender que a vida dos homens fosse sempre dirigida pela razão é destruir toda a possibilidade de vida.”

Essa frase traz a seguinte mensagem:

- a) viver apenas baseado na razão não é suficiente;
- b) pessoas não são racionais;
- c) viver é mais importante que ser racional;
- d) a pretensão dos homens é viver uma vida racional;
- e) a vida pode ser destruída pela razão.

04. O título de uma reportagem é “Pleno do TCE aprova inspeção extraordinária para apurar protocolos de segurança no retorno às aulas no AM”.

Esse parágrafo é formulado com uma forma de oração chamada reduzida (sublinhada). Se substituíssemos essa oração por sua forma desenvolvida, a opção correta seria:

- a) para que se apuren. protocolos de segurança;
- b) para que seja apurado protocolos de segurança;
- c) a apuração de protocolos de segurança;
- d) de protocolos de segurança;
- e) que se apure.

05. Assinale a alternativa abaixo na qual a palavra sublinha qualifica o termo anterior:

- a) O jogador holandês é o mais gentil que já conheci;
- b) As grandes obras egípcias podem ainda ser vistas em alguns museus;
- c) A cultura norte-americana ainda serve de influência aos brasileiros;
- d) Não se pode esquecer da determinação dos povos colonizados;
- e) Pequenos gestos podem engrandecer os homens.

06. A frase destacada em “O prazo estabelecido pelo TCE-AM para recebimento das PCA’s dos gestores do interior era no dia 31 de março deste ano, e foi prorrogado pela Corte de Contas até o dia 31 de maio, ou seja, os gestores tiveram 60 dias para prestar contas.” está escrita na voz passiva analítica com o verbo ser; se transformássemos essa frase para a voz passiva sintética, a forma correta seria:

- a) prorrogado pela Corte;
- b) prorrogou-se pela Corte;
- c) prorroga-se pela Corte;
- d) a prorrogação pela Corte;
- e) em prorrogação pela Corte.

07. O prazo estabelecido pelo TCE-AM para recebimento das PCA's dos gestores do interior era no dia 31 de março deste ano, e foi prorrogado pela Corte de Contas até o dia 31 de maio, ou seja, os gestores tiveram 60 dias para prestar contas.

A modificação necessária para que esse texto fique correto é:

- a) "no dia" deve ser substituído por "em";
- b) "deste ano" deve ser substituído por "desse ano";
- c) suprimir a vírgula antes de "e foi prorrogado";
- d) "era" deve ser substituído por "foi";
- e) substituir a vírgula por ponto e vírgula antes de "ou seja".

08. Cada uma das frases abaixo foi reescrita de outro modo, conservando-se o sentido original; a frase em que a modificação traz alteração de sentido é:

- a) O chefe pediu a colaboração da empresa toda / O chefe pediu que toda a empresa colaborasse;
- b) Malala Yousafzai é admirada pela comunidade internacional / Pessoas de diversos países admiram Malala Yousafzai;
- c) Sempre que preciso, meu celular descarrega rapidamente / Toda vez que necessito utilizar, meu celular descarrega com rapidez;
- d) O corregedor deve ser chamado ao telefone / O corregedor deve ter dado um telefonema;
- e) O presente é consequência do passado / O passado resulta no presente.

09. A frase em que se mostra adequada à norma culta é:

- a) O prazo terminou há dois anos atrás;
- b) Voltou à Brasília para rever os conhecidos;
- c) Não há publicação sobre o processo há pelo menos um ano;
- d) Desceu as escadas, chegando rapidamente a entrada;
- e) Vou me filiar aquela cooperativa sobre a qual todos estão comentando.

10. A frase em que o emprego do acento grave (crase) é justificado por razão diferente dos demais é:

- a) Voltei à academia depois de alguns anos;
- b) Nunca mais diremos isso à sua assessora;
- c) Entregue, por favor, o documento à secretária;
- d) Não me recordo se ele compareceu àquele simpósio;
- e) Devolverei esse livro à querida professora.

11. Todas as frases abaixo sofreram a mesma alteração; a opção em que a mudança da frase traz um erro de conjugação verbal é:

- a) Almejo ao cargo de maior status / Se você almejar, eu também almejarei;
- b) Vejo qualidades em seu trabalho / Se você vir, eu também verei;
- c) Trazemos nossos documentos amanhã / Se vocês trouxerem, eu também trarei;
- d) Faço minhas sugestões, como de costume / Se você fizer, eu também farei;
- e) Não quero mais essa situação / Se você não quiser, eu também não querei.

12. A frase abaixo em que o conectivo como mostra valor de conformidade é:

- a) Agiu como eu agiria;
- b) Não há como saber se dará certo;
- c) A prova não saiu como ele desejava;
- d) O jovem cientista passou a ser vista como o melhor;
- e) Ele joga como lateral.

13. "O Estado brasileiro é complexo, e, além das ações relativas à saúde, a pandemia impõe à Administração Pública desafios."

Mantendo-se o sentido original, a frase sublinhada pode ser adequadamente substituída por:

- a) como as ações relativas à saúde;
- b) da mesma forma que as ações relativas à saúde;
- c) conforme as ações relativas à saúde;
- d) em adição às ações relativas à saúde;
- e) por causa das ações relativas à saúde.

14. “A rápida adaptação ao uso de ferramentas de tecnologia da informação mostrou-se como oportunidade ímpar para avançar em diversas frentes: na interação rápida entre os atores envolvidos; no compartilhamento de grande volume de dados; no encurtamento das distâncias.”.

Esse segmento é parte de uma entrevista. A opção em que a afirmativa está correta é:

- a) em lugar de “mostrou-se” deveria estar “é mostrado”;
- b) “ímpar” deveria ser substituído por “diferente”;
- c) os dois pontos deveriam ser substituídos por vírgula;
- d) o termo “ao uso de ferramentas de tecnologia da informação” poderia estar intercalado por vírgulas;
- e) o ponto e vírgula antes de “no compartilhamento” poderia ser substituído por vírgula e antes de “no encurtamento” poderia ser trocado por “e”.

15. “A rápida adaptação ao uso de ferramentas de tecnologia da informação mostrou-se como oportunidade ímpar para avançar em diversas frentes: na interação rápida entre os atores envolvidos; no compartilhamento de grande volume de dados; no encurtamento das distâncias.”.

A partir do texto acima, pode-se concluir que:

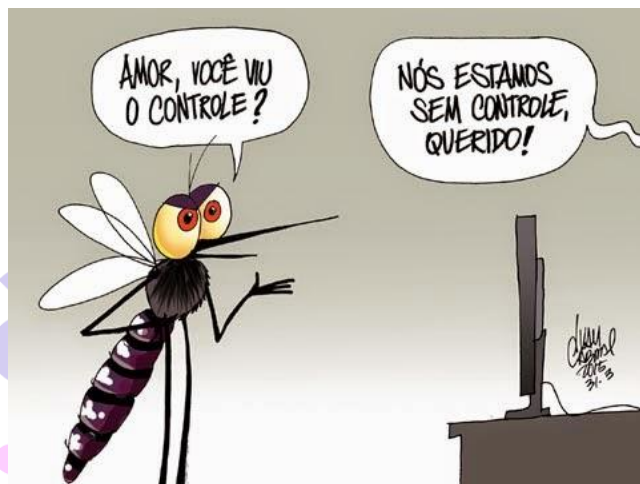
- a) houve evolução nas ferramentas de tecnologia da informação, o que permitiu o maior contato entre pessoas;
- b) a oportunidade do uso de tecnologia da informação não é substancial;
- c) adaptar-se à tecnologia da informação permitiu uma ampliação e maior facilidade no trabalho;
- d) por mais que a tecnologia da informação tenha contribuído, ainda há outras oportunidades fora desse âmbito;
- e) é possível relacionar tecnologia da informação à melhoria na qualidade do trabalho.

16. Na sala de um CEO há as seguintes palavras: “Você deve ir tão longe quanto sua mente permitir”.

Deduz-se dessa frase que:

- a) a mente controla o corpo;
- b) os pensamentos impulsionam as ações;
- c) a distância percorrida tem a ver com o pensamento;
- d) o corpo segue os desejos da mente;
- e) seria conveniente que todos pensássemos positivamente.

17.



Deduz-se dessa charge que:

- a) a comunicação foi efetiva;
- b) há ocorrência de hiperônimo no texto;
- c) houve ruído na comunicação;
- d) “o controle” e “sem controle” são antônimos;
- e) não se sabe com quem o personagem está falando.

18. “Amor, você viu o controle?”.

Para desfazer a ambiguidade, é necessária a seguinte modificação:

- a) retirar a vírgula depois de “amor”.
- b) “você viu” deve ser substituído por “cadê”;
- c) substituir “amor” por “querida”.
- d) adicionar “da TV” a “controle”;
- e) transpor “amor” para o final da frase.

19. “O Brasil, registre-se, vive um momento de sua história em que o modelo repressivo, a exemplo da Operação Lava Jato, tem sofrido críticas e resistências para avançar, o que não somente reforça a dificuldade de se fazer justiça corretiva, como revela a necessidade de o modelo preventivo avançar para que não ocorram as mesmas ou maiores irregularidades graves que as recentes ocorridas. Seja pela repressão, seja pela prevenção, o objetivo continua sendo o mesmo. Resta, somente, a reflexão e a definição da melhor estratégia”

O texto acima exemplifica um texto dissertativo-argumentativo. São características desse tipo textual:

- a) concisão de ideias;
- b) sequência cronológica de fatos;
- c) uso de situações cotidianas;
- d) descrição de elementos ou situações;
- e) defesa do ponto de vista do autor.

20. “O Brasil, registre-se, vive um momento de sua história em que o modelo repressivo, a exemplo da Operação Lava Jato, tem sofrido críticas e resistências para avançar, o que não somente reforça a dificuldade de se fazer justiça corretiva, como revela a necessidade de o modelo preventivo avançar para que não ocorram as mesmas ou maiores irregularidades graves que as recentes ocorridas. Seja pela repressão, seja pela prevenção, o objetivo continua sendo o mesmo. Resta, somente, a reflexão e a definição da melhor estratégia”.

Um texto, em sua escritura, para que seja coesão, utiliza de diversos mecanismos. Um deles é coesão anafórica, que retoma elementos já mencionados. A alternativa que traz esse mecanismo no texto é:

- a) Seja pela repressão, seja pela prevenção;
- b) registre-se;
- c) a exemplo da Operação Lava Jato;
- d) Resta, somente a reflexão;
- e) para que não ocorram as mesmas ou maiores irregularidades graves.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas realizou uma auditoria em uma secretaria estadual e constatou que houve ilegalidade em contrato administrativo. Nesse caso, caberá ao Tribunal, nos termos da Constituição Federal e da Constituição do Estado do Amazonas, ao final do processo:

- a) fixar prazo para o exato cumprimento da lei.
- b) apenas comunicar o fato à Assembleia Legislativa, a quem compete o poder de determinar a correção de contratos.
- c) representar ao Tribunal de Contas da União, titular do controle externo em âmbito nacional.
- d) emitir parecer conclusivo, direcionado à comissão mista de orçamento do Congresso Nacional, que terá poder para propor ao plenário da Assembleia Legislativa do Estado a sustação do contrato.
- e) representar ao poder competente para que adote as providências, pois não lhe compete expedir determinações sobre contratos.

22. Quanto à natureza, entende-se por fiscalização operacional aquela que trata do controle sobre:

- a) a legalidade dos atos de arrecadação de receitas e realização de despesas.
- b) os balanços e demonstrativos contábeis, em conformidade com os princípios da contabilidade pública.
- c) a guarda e conservação dos bens, móveis ou imóveis, das entidades públicas.
- d) o desempenho dos órgãos públicos.
- e) a execução do orçamento.

23. Joana, servidora ocupante de cargo público efetivo na Administração Pública do Estado do Amazonas, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa.

Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

- a) Por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.
- b) Em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.
- c) Em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) O Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Joana.
- e) A partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Joana.

24. João recebeu recursos públicos do governo do Estado do Amazonas para a realização de programa social. Joana é dirigente de empresa pública do município de Manaus. Ana é diretora de sociedade de economia mista, cujo controle societário pertence à União, mas o Estado do Amazonas é sócio minoritário. José é herdeiro de Otávio, ex-gestor público que foi condenado ao ressarcimento de prejuízo causado ao erário do Estado do Amazonas, mas que faleceu antes de quitar o débito, e deixou valores significativos de herança para José. Arnaldo é administrador de organização social, que

recebe recursos da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas.

Considerando apenas as informações citadas nas situações hipotéticas acima, estão sujeitos à jurisdição do TCE-AM:

- a) João, Joana e Otávio, apenas.
- b) apenas João, Joana, Ana e José, este último na condição de sucessor de Otávio, até o limite do patrimônio transferido.
- c) apenas João, Joana, Arnaldo – quanto aos recursos recebidos – e José, este último na condição de sucessor de Otávio, até o limite do patrimônio transferido.
- d) apenas João, Joana, Ana, Arnaldo – quanto aos recursos recebidos – e José, este último na condição de sucessor de Otávio, até o limite do patrimônio transferido.
- e) apenas João e José, este último na condição de sucessor de Otávio, até o limite do patrimônio transferido, uma vez que os demais são responsáveis por entidades de direito privado.

25. Caso o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas apresente, intempestivamente, o parecer prévio sobre as contas prestadas, em determinado ano, por Prefeito Municipal, a Câmara Municipal:

- a) Já poderá ter realizado o julgamento das contas do Prefeito, em virtude do descumprimento de prazo pelo TCE.
- b) Para rejeitar as contas do Prefeito, dependerá de manifestação de dois terços dos seus membros nesse sentido.
- c) Deverá julgar as contas do Prefeito no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo TCE ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte.
- d) Não possui competência para realizar o julgamento das contas dos prefeitos municipais, uma vez que tal atribuição compete à Assembleia Legislativa, titular do controle externo.
- e) Atuará como órgão técnico, que auxilia o Tribunal de Contas do Estado no controle externo do Poder Executivo municipal.

26. Os conselheiros do TCE-AM se submetem a uma série de vedações, com o objetivo de assegurar a impessoalidade no exercício de suas atribuições. Todavia, nos termos da Lei Orgânica do Tribunal, o conselheiro poderá:

- a) celebrar contrato com concessionária de serviços públicos para a prestação de serviços de consultoria, com cláusulas especiais, em virtude de sua qualidade como conselheiro.
- b) exercer comércio nos seus horários de folga.
- c) exercer atividade político-partidária.
- d) exercer qualquer outro cargo ou função, desde que esteja em disponibilidade.
- e) exercer um cargo de magistério.

27. A Constituição Federal dispõe que compete ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos da administração direta e indireta, assim como daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.

Sobre o julgamento das contas, é correto afirmar, à luz da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCE-AM, que:

- a) a decisão do Relator ou do Tribunal que sobrestar o julgamento é considerada preliminar.
- b) por meio de decisão definitiva, o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalvas ou irregulares, ou determina o trancamento, se consideradas iliquidáveis.
- c) após decisão terminativa, o Tribunal poderá, a qualquer tempo, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva prestação ou tomada de contas.
- d) o julgamento de contas irregulares somente poderá ocorrer se houver débito.
- e) quando julgar as contas regulares o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas.

28. O controle é o processo de comparação entre a situação controlada com padrões pré-estabelecidos. O controle da administração, por sua vez, versa sobre um conjunto de instrumentos adotados pela administração, pelos Poderes do Estado e pela sociedade para verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e outros padrões de atuação do Poder Público.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quanto à localização do órgão controlador, o controle pode ser classificado como:

- a) interno, como acontece quando o TCU realiza uma auditoria em órgão do Poder Executivo.
- b) externo, realizado por um Poder sobre a atuação de outro, a exemplo do controle externo financeiro, cuja titularidade compete ao Congresso Nacional, sendo realizado com o auxílio do TCU.
- c) social, realizado pela sociedade e pelo Congresso Nacional, como representante do povo.
- d) provocado, realizado por provocação de terceiros, a exemplo do controle decorrente de recursos administrativos.
- e) judicial, realizado de ofício ou por provocação, sobre a legalidade e o mérito da atuação da Administração.

29. Em auditoria, o TCE-AM identificou que Joana, servidora de município sujeito à jurisdição do Tribunal, cometeu irregularidades no exercício de suas atribuições.

Nesse caso, considerando as penalidades previstas na Lei Estadual nº 2.423/1996, é correto afirmar que o Tribunal poderá:

- a) escolher, conforme a gravidade do fato, entre a pena de multa ou de inabilitação, uma vez que elas não são cumuláveis.
- b) sugerir o afastamento preventivo, mediante decisão da maioria absoluta dos seus membros, se a irregularidade for considerada grave, sem prejuízo da multa cabível.
- c) aplicar a pena de demissão, mediante processo administrativo disciplinar, por meio de decisão do Presidente da Corte.

- d) aplicar a pena de inabilitação para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual, por cinco anos, se considerar grave a infração, sem prejuízo de outras cominações.
- e) por intermédio das Câmaras ou do Relator, decidir sobre a gravidade do fato, aplicando a pena de inabilitação para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança dos órgãos da administração estadual, por dez anos.

30. As contas de José foram julgadas irregulares pelo Pleno do Tribunal. Irresignado com a decisão, José resolveu apresentar recurso. Nesse caso, é correto afirmar que o instrumento adequado e o respectivo prazo para apresentação será:

- a) embargos de declaração, no prazo de até 30 dias.
- b) nenhum, pois a decisão do Pleno é irrecurável.
- c) recurso ordinário, no prazo de até 20 dias.
- d) recurso de revisão, no prazo de até um ano.
- e) recurso de reconsideração, no prazo de até 30 dias.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

31. Em matéria de orçamento público, observe características das principais leis que formam seu tripé.

- I. Estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública
- II. Seu projeto será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções.
- III. Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.

As leis definidas acima são chamadas, respectivamente, de:

- a) Lei Orçamentária Anual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

c) Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.

d) Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias.

e) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual.

32. As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) será acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos.
- d) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.
- e) conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

33. Os Princípios Orçamentários visam a estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Nesse sentido, assinale a opção que indica o princípio orçamentário, segundo o qual delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.

- a) da exclusividade
- b) da unidade
- c) da universalidade
- d) da anualidade
- e) do orçamento bruto

34. Na Lei Orçamentária Anual do Ente constou um artigo autorizando a contratação de operação de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Este caso constitui uma **exceção** ao descumprimento do princípio orçamentário da

- a) da exclusividade
- b) da não-vinculação da receita de impostos
- c) do orçamento bruto
- d) da universalidade
- e) da transparência

35. A autorização legislativa para a realização da despesa constitui crédito orçamentário, que poderá ser inicial ou adicional.

No âmbito dos créditos adicionais, consideram-se recursos disponíveis para fins de abertura de créditos suplementares e especiais, **EXCETO**:

- a) recursos objeto de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária que fiquem sem destinação.
- b) superavit financeiro apurado em balanço financeiro do exercício anterior.
- c) provenientes de excesso de arrecadação.
- d) resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei.
- e) produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

36. De acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964 e as orientações do MCASP, no que tange aos procedimentos orçamentários, o orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Acerca dos créditos adicionais, é correto afirmar que:

- a) Créditos especiais incorporam-se ao orçamento.
- b) Não é considerado recurso disponível para fins de abertura de créditos suplementares os provenientes de excesso de arrecadação.

c) A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que foram autorizados, com a única exceção dos créditos extraordinários.

d) créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto do poder executivo, dependendo de prévia autorização legislativa

e) créditos suplementares são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

37. A Prefeitura de Teresina decide alugar uma edificação onde funcionava a Secretaria de Saúde, porém agora encontra-se desativada.

Nessa ocasião, o contrato é firmado com um particular para a instalação de um restaurante. Com base nas regras orçamentárias, a origem da receita do aluguel desse espaço será classificada como:

- a) de serviços
- b) patrimonial
- c) contribuições
- d) industrial
- e) taxas

38. Os montantes arrecadados dentro do exercício financeiro, que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, porém em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido, constituem receita

- a) corrente líquida
- b) de serviços
- c) patrimonial
- d) industrial
- e) de capital

39. Um dos conteúdos previstos na LRF acerca da LDO refere-se à elaboração do anexo de riscos fiscais e do anexo de metas fiscais.

O anexo de metas fiscais, além de identificar metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, apresenta também informações relativas à(s)(ao):

- a) evolução do patrimônio líquido
- b) avaliação dos passivos contingentes
- c) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- d) medidas de compensação a renúncias de receita
- e) medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado

40. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa correta no que diz respeito ao planejamento do orçamento público e à execução orçamentária e cumprimento das metas.

- a) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei de diretrizes orçamentárias.
- b) A lei orçamentária anual, além das competências constitucionais, disporá também sobre critérios e formas de limitação de empenho.
- c) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional.
- d) Até 60 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- e) O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados semestralmente.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

41. Uma editora vende uma revista mensal por R\$ 30,00. No entanto, os leitores podem optar por fazer a assinatura anual da revista por R\$ 300,00. O valor pode ser pago à vista ou em três parcelas de R\$ 100,00.

Em janeiro de 2020, quarenta pessoas fizeram a assinatura anual da revista. Destas, trinta optaram pelo pagamento à vista e dez pelo parcelamento em três vezes. O pagamento do valor integral ou da primeira parcela foi feito no próprio mês de janeiro. A revista começou a ser entregue no mês após o recebimento, ou seja, em fevereiro de 2020.

O valor da receita contabilizada pela editora em fevereiro de acordo com o Regime de Competência é de:

- a) Zero.
- b) R\$ 250,00.
- c) R\$ 500,00.
- d) R\$ 750,00.
- e) R\$ 1.000,00.

42. Uma empresa apresentava, em 31/12/2020, os saldos a seguir.

- Clientes (90 dias): R\$ 80.000;
- Contas a receber (120 dias): R\$ 30.000;
- Ativo fiscal diferido R\$ 40.000;
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 62.000;
- Estoques previstos para serem vendidos em 90 dias: R\$ 180.000;
- Provisão para Perdas nos Estoques: R\$ 20.000;
- Empréstimo a sócio com vencimento em 60 dias: R\$ 35.000;
- Venda para empresa controlada decorrente da atividade operacional da empresa (240 dias): R\$ 80.000;
- Adiantamento de salários de janeiro a empregados: R\$ 65.000;
- Provisão para 13º salário: R\$ 85.000;
- Receita de vendas recebida antecipadamente: R\$ 90.000.

- Computador utilizado na empresa: R\$ 30.000;
- Depreciação acumulada do computador: R\$ 6.000;
- Participação em outras empresas: R\$ 60.000; e
- Ativo não circulante mantido para vendas: R\$ 50.000.

Com base somente nos dados acima, o Ativo Circulante, apresentado no Balanço Patrimonial da sociedade empresária, em 31/12/2020, era de

- R\$ 531.000.
- R\$ 527.000.
- R\$ 496.000.
- R\$ 486.000.
- R\$ 446.000.

43. O Balanço Patrimonial de uma empresa apresentava, em 31/12/2019, o saldo contábil de R\$ 1.200.000,00 para um equipamento de produção, composto pelas seguintes contas, com valores em reais:

Custo de Aquisição.....	2.000.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(600.000,00)
(-) Perdas por redução ao valor recuperável	(200.000,00)
(=) Saldo Contábil	1.200.000,00

Em 01/01/2020, a empresa reavaliou a vida útil do equipamento para 5 anos restantes e identificou um valor residual de R\$ 100.000 no final desta nova vida útil.

A empresa adota o método das cotas constantes para fins de cálculo da depreciação.

No final de 2020, para a elaboração do Balanço Patrimonial, após o reconhecimento da depreciação do referido ano, a empresa

identificou os seguintes valores, em reais, para a realização do teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment):

- Valor justo líquido de despesas de venda 1.160.000,00
- Valor em uso 1.170.000,00

O saldo contábil apresentado para o equipamento, no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, foi, em reais,

- 980.000,00.
- 1.140.000,00.
- 1.160.000,00.
- 1.170.000,00.
- 1.180.000,00.

44. Determinada empresa efetuou as seguintes transações no primeiro semestre de 2020:

- Integralização de capital social, por meio de um imóvel, no valor de R\$ 500.000,00.
- Compra de estoque à vista, por R\$ 50.000,00.
- Aquisição de ações em tesouraria, por R\$ 20.000,00
- Compra de automóvel à vista, por R\$ 40.000,00.
- Recebimento de dividendos, no valor de R\$ 25.000,00
- Compra de móveis, para pagamento em agosto de 2021, por R\$ 30.000,00.
- Pagamento de empréstimo bancário, no valor de R\$ 8.000,00.
- Pagamento dos salários de funcionários, no valor de R\$ 4.000,00.
- Resgate de debênture no valor de R\$ 36.000,00.
- Pagamento de dividendos, no valor de R\$ 15.000,00.

Considerando as transações acima, o Fluxo de Caixa de Financiamento no semestre, evidenciado em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi de

- Consumo de R\$ 59.000,00.
- Consumo de R\$ 64.000,00.
- Consumo de R\$ 79.000,00.
- Consumo de R\$ 82.000,00.
- Geração de R\$ 3.000,00.

45. No ano de 2020, uma empresa construiu uma máquina para usar em seus negócios. Os custos com a construção da máquina foram:

matéria prima:	R\$	50.000,00;
mão de obra de terceiros:	R\$	10.000,00;
mão de obra de própria:	R\$	20.000,00;
juros sobre empréstimo:	R\$	18.000,00;
depreciação dos ativos imobilizados utilizados no processo de construção:	R\$	12.000,00.

Dado que esse foi o único evento da empresa em 2020, o valor adicionado a distribuir no ano foi de

- R\$ 18.000,00.
- R\$ 20.000,00.
- R\$ 30.000,00.
- R\$ 38.000,00.
- R\$ 48.000,00.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

46. De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as entidades do setor público que reportam a informação contábil possuem características que impactam no processo de reconhecimento, mensuração e evidência da informação contábil. Sobre o assunto, analise as afirmativas a seguir.

I – uma característica-chave da entidade do setor público que reporta a informação, inclusive de grupo dessas entidades, é a existência de usuários de serviços ou provedores de recursos que são dependentes dos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais (RCPGs) para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

II – para possibilitar a elaboração das demonstrações contábeis, a entidade que reporta a informação deve captar recursos e/ou deve utilizar recursos captados anteriormente para realizar atividades em benefício da sociedade ou em nome dela.

III – se a imposição de requisitos para a informação contábil pressupõe que estas devam ser eficientes e eficazes, é importante que seja exigido que os RCPGs sejam elaborados somente pelas entidades do setor público para as quais existam usuários.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I, II e III.

47. A NBC TSP 01 – Receita de Transação sem Contraprestação trata de questões que devem ser consideradas no reconhecimento e na mensuração da receita das transações sem contraprestação. Entre essas questões, a Norma contextualiza sobre as “especificações sobre ativos transferidos”, as quais correspondem a termos legais ou regulamentares, ou acordo obrigatório, impostos sobre o uso de ativo transferido por entidades externas à entidade que elabora as demonstrações contábeis. Sobre o assunto, analise as afirmativas a seguir.

I – As restrições sobre ativos transferidos exigem que a entidade consuma os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços do ativo conforme especificado ou devolva os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços ao transferente caso as restrições sejam descumpridas. Portanto, quando o recebedor inicialmente reconhece o ativo sujeito a uma restrição, ele também incorre em passivo.

II – A obtenção do controle do ativo sujeito à restrição não impõe sobre o recebedor a obrigação presente de transferir os benefícios econômicos futuros ou o potencial de serviços a terceiros quando o controle do ativo é inicialmente obtido.

III – A especificação de que o ativo transferido deva ser consumido no provimento de produtos e serviços a terceiros ou devolvido ao transferente é suficiente para originar um passivo quando a entidade obtém o controle do ativo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I, II e III.

48. As demonstrações contábeis correspondem às demonstrações contábeis de propósito geral, destinadas a satisfazer às necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigir relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Acerca do assunto, conforme previsto na Lei n. 4.320/64, assinale a opção correta:

- a) O superávit patrimonial é obtido pela diferença positiva entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas no âmbito do balanço patrimonial.
- b) O resultado orçamentário é obtido pelo confronto entre as receitas previstas e as receitas arrecadadas no âmbito do balanço orçamentário.
- c) O superávit financeiro apurado no balanço financeiro é obtido quando há ingressos maiores que dispêndios.
- d) O saldo patrimonial é obtido pelo confronto entre o ativo real e o passivo real no âmbito do balanço patrimonial.
- e) Os ativos e passivos são classificados no balanço patrimonial pelo grau decrescente de conversibilidade e exigibilidade, respectivamente.

49. O Município de Caixa Prego adquiriu material para consumo pela Secretaria de Saúde municipal, a fim de atender a alta demanda ocasionada pela campanha de vacinação do coronavírus e demais imunizações previstas no calendário nacional. Considerando a correta contabilização dessa aquisição, o Setor de Contabilidade deverá efetuar o seguinte registro contábil, no âmbito da natureza orçamentária, no momento do empenho da respectiva despesa:

- a)
Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
Crédito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
- b)
Débito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
Crédito – 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo
- c)
Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Crédito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar
d)

Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Crédito – 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago

e)

Débito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Crédito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

50. Um audaz auditor de controle externo em trabalho de auditoria regular solicitou algumas informações a um município referentes ao exercício financeiro de 2020. O objetivo do auditor era verificar o resultado orçamentário do exercício de 2020. Entre outras informações, o município apresentou as seguintes, extraídas da sua contabilidade (valores em R\$):

Receita Orçamentária Prevista	75.000.000,00
Receita Orçamentária Arrecadada	60.000.000,00
Despesa Orçamentária Empenhada	67.500.000,00
Despesa Orçamentária Liquidada	62.500.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	4.500.000,00
Pagamento de Restos a Pagar	10.000.000,00
Reconhecimento de depreciação	2.000.000,00
Restos a Pagar inscritos no exercício	12.000.000,00

Com base nessas informações, o resultado orçamentário correto que o auditor deverá calcular é:

- a) Superavitário em R\$ 7.500.000,00
- b) Deficitário em R\$ 10.000.000,00
- c) Deficitário em R\$ 7.500.000,00
- d) Superavitário em R\$ 12.500.000,00
- e) Deficitário em R\$ 3.000.000,00

AUDITORIA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Tonyvan Carvalho

51. Uma auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE AM nos programas implementados pela Autarquia 4K considerou que a sua atuação cumpriu suas metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento do exercício de 2021. Nesse contexto, a Corte de Contas avaliou a seguinte dimensão de desempenho:

- a) Eficiência
- b) Eficácia
- c) Efetividade
- d) Economicidade
- e) Equidade

52. Segundo as normas da INTOSAI, o escopo de atuação da fiscalização pública abrange as auditorias de regularidade e as operacionais ou de gestão. Assinale a alternativa que não contempla um dos objetivos da auditoria de regularidade.

- a) Emitir parecer sobre as contas do governo
- b) Certificar que as entidades responsáveis cumpriram suas obrigações de prestar conta, o que envolve o exame e a avaliação dos registros financeiros.
- c) Auditar a probidade e a propriedade das decisões administrativas tomadas pela entidade auditada.
- d) Auditar os sistemas e as operações financeiras, incluindo o exame da observância às disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- e) Determinar se a administração desempenhou suas atividades com economia, de acordo com princípios, práticas e políticas administrativas corretas.

53. O Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE AM, no exercício de 2021, realizou auditoria na Secretaria Estadual da Fazenda, objetivando examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão do responsável pela secretaria, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial. Nesse contexto, nos termos das Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União – NAT, quanto à natureza, esta auditoria é classificada de auditoria

- a) de avaliação de gestão.
- b) de acompanhamento de gestão.
- c) sistemas.
- d) operacional.
- e) de regularidade.

54. O planejamento de auditoria visa delimitar o objetivo e o escopo da auditoria, definir a estratégia metodológica a ser adotada e estimar os recursos, os custos e o prazo necessários a sua realização. O planejamento da auditoria operacional consiste das seguintes atividades, EXCETO:

- a) análise preliminar do objeto de auditoria;
- b) definição do objetivo e escopo da auditoria;
- c) especificação dos critérios de auditoria;
- d) elaboração da matriz de planejamento;
- e) avaliação da matriz de planejamento;

55. O atributo das evidências de auditoria baseado em informações precisas e confiáveis para convencer o gestor público de que os achados, as conclusões, as recomendações e as determinações da auditoria estão bem fundamentados denomina-se

- a) exatidão.
- b) confiabilidade.
- c) suficiência.
- d) relevância.
- e) validade.

56. Avalie as afirmações relativas à auditoria operacional:

I. Adotam padrões relativamente fixos.

II. As conclusões assumem a forma de opinião concisa e de formato padronizado sobre demonstrativos financeiros e sobre a conformidade das transações com leis e regulamentos, ou sobre temas como a inadequação dos controles internos, atos ilegais ou fraude.

III. O relatório trata da economicidade e da eficiência na aquisição e aplicação dos recursos, assim como da eficácia e da efetividade dos resultados alcançados.

IV. São mais abertas a julgamentos e interpretações e seus relatórios, consequentemente, são mais analíticos e argumentativos. O exame da materialidade é uma questão mais subjetiva e pode basear-se em considerações sobre a natureza ou o contexto do objeto auditado.

V. A regra é submeter o relatório preliminar aos comentários dos gestores, inclusive os achados, as conclusões e as propostas de encaminhamento formuladas pela equipe.

VI. Objetiva examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial.

Estão corretos:

- a) somente os itens I, II e III.
- b) somente os itens II, III, IV e V.
- c) somente os itens III, IV, V e VI.
- d) somente os itens III, IV, V e VI.
- e) os itens III, IV e V.

57. A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre os mecanismos de controle interno e externo dos órgãos e entidades da administração pública, inclusive sobre a forma como estes controles serão exercidos e suas competências. Com base no texto constitucional, analise as assertivas abaixo e assinale **V**, se **verdadeiras**, ou **F**, se **falsas**.

() Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, sob os aspectos de eficiência e eficácia, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e

entidades da administração pública é finalidade do sistema de controle interno.

() Compete ao controle interno aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, como multa proporcional ao dano causado ao erário.

() A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida somente pelo sistema de controle externo.

() Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter um sistema de controle interno de forma integrada.

() É finalidade do sistema de controle interno avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – V – F – F – F.
- b) F – F – F – V – V.
- c) V – F – F – V – V.
- d) V – F – V – F – F.
- e) F – V – V – V – V.

58. O Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) publicou o COSO ICIF 2013 – Controle Interno – Estrutura Integrada, no qual se estabelecem os requisitos para um sistema eficaz de controle interno, que possibilita segurança razoável acerca da realização dos objetivos da entidade. Nessa publicação, aponta-se que, para que tenhamos um sistema de controle interno eficaz, são necessários a presença e o funcionamento dos componentes e princípios estabelecidos no COSO ICIF 2013. Destaca-se, ainda, em relação aos componentes do controle interno, que estes operam em conjunto e de forma integrada. Com base na mencionada publicação do COSO, são componentes do controle interno:

- I. Ambiente de controle; informação e comunicação; avaliação de riscos.
- II. Ambiente estratégico; ambiente operacional.
- III. Atividades de monitoramento; atividades de controle.

IV. Avaliação de controle; ambiente operacional.

Quais estão corretos?

- a) Apenas I e IV.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

59. A ideia de que o fundamento da Constituição não está em uma norma jurídica precedente e nem em si mesma, mas na vontade política que a antecede retrata o sentido

- a) sociológico de Constituição.
- b) político de constituição.
- c) normativo de Constituição.
- d) ontológico de Constituição.
- e) cultural de Constituição.

60. O princípio de interpretação das normas constitucionais segundo o qual a Lei Maior deve ser interpretada como um todo, como um conjunto, de forma a evitar contradições, antinomias, antagonismos entre as suas normas, e, sobretudo, entre os próprios princípios jurídico-políticos é denominado

- a) Princípio da unidade.
- b) Princípio do efeito integrador.
- c) Princípio da conformidade.
- d) Princípio da força normativa.
- e) Princípio da máxima efetividade.

61. A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos, indique a assertiva correta.

- a) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que corresponderá necessariamente à área de um Município.

b) É plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter militar.

c) Uma associação que tiver finalidade ilícita poderá ser compulsoriamente dissolvida por decreto do prefeito, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, uma vez que os direitos fundamentais não têm caráter absoluto.

d) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força emenda à Constituição.

e) As normas definidoras de direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

62. O Presidente da República apresentou uma proposta de emenda à Constituição Federal (PEC) para retirar a autonomia do Distrito Federal. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando o caso hipotético narrado, é correto afirmar que a PEC é

- a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.
- b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.
- c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.
- d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- e) inconstitucional, porque a proposta, ao retirar a autonomia do Distrito Federal, feriu princípio federativo amparado por cláusula pétrea.

63. Acerca da organização constitucional do Poder Executivo, marque a alternativa incorreta:

- a) Nos Municípios com menos de duzentos mil eleitores, há turno único para eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito.
- b) Os subsídios dos chefes do Executivo federal, estadual e municipal serão fixados pelo Poder Legislativo do respectivo ente federativo, mediante decreto legislativo.
- c) Na eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, se antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.
- d) No Executivo, a eleição é majoritária, de maneira que serão considerados eleitos aqueles candidatos que, registrados por partido político, obtiverem a maioria absoluta de votos, não computados os em branco e os nulos.
- e) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

64. O Ministério Público do Amazonas denunciou Jorge, deputado estadual, por crimes comuns praticados durante o mandato. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar Jorge é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz federal

65. Lei do estado do Amazonas estabeleceu que, durante a vigência de carência contratual, as operadoras de planos de saúde no âmbito do ente federativo não poderão recusar atendimento ou prestação de qualquer serviço aos seus usuários que estejam com quadro clínico ainda não diagnosticado ou com diagnóstico positivo de contaminação pela COVID-19. A respeito do caso narrado, conforme se depreende do texto da Constituição Federal e segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a única alternativa incorreta.

- a) A lei estadual é inconstitucional, uma vez que a competência para legislar sobre Direito Civil, Comercial e Política de Seguros é privativa da União.
- b) O Legislativo estadual não pode, sem delegação de competência da União, inovar sobre a imposição de períodos de carências pelas operadoras de planos de saúde.
- c) A lei estadual é constitucional, porque dispõe sobre proteção ao consumidor e sobre saúde, assuntos que são da competência concorrente da União, dos estados e do Distrito Federal.
- d) A lei do Amazonas apresenta uma inconstitucionalidade orgânica que pode ser combatida por meio da ação direta de inconstitucionalidade.
- e) O Governador do Amazonas é legitimado a propor ação direta de inconstitucionalidade para combater a lei, uma vez que a pertinência temática resta comprovada.

66. A COSAMA, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista responsável pela execução de políticas públicas de saneamento básico, em regime não concorrencial e sem finalidade lucrativa, no estado do Amazonas, teve recursos bloqueados por decisão judicial, para pagamento de suas dívidas. A respeito do caso narrado, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal consoante ao regime de precatórios, aponte a alternativa correta.

a) É inconstitucional o bloqueio ou sequestro de verba pública, por decisões judiciais, de empresa estatal prestadora de serviço público em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário.

b) A personalidade jurídica de direito privado da COSAMA afasta a aplicação do regime geral de precatórios prescrito na Constituição Federal.

c) A sociedade de economia mista (COSAMA) possui elementos que caracterizam suas atividades como mercantil, motivo pelo qual não pode ter privilégios diferentes do setor privado, de modo que os recursos da estatal prestadora de serviço público podem ser bloqueados por decisão judicial.

d) O Poder Judiciário tem poderes próprios para garantir o cumprimento de suas decisões, de modo que tendo sido cumprido o devido processo legal, os atos jurisdicionais constitutivos de bloqueio de verbas orçamentárias para pagamento de dívidas contraídas pela estatal são plenamente condizentes com os princípios da Administração Pública, especialmente a eficiência.

e) O regime constitucional de precatórios só se aplica à Administração Pública direta, conforme se depreende do texto expresso da constituição Federal.

67. A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP – ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, com requerimento de medida cautelar, contra a Emenda n. 94/2015 à Constituição de Rondônia, de iniciativa parlamentar, na qual se acrescentou norma geral de organização do Ministério Público estadual, sob argumentação de inconstitucionalidade formal. A respeito do caso narrado, aponte a alternativa correta.

a) A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP – não tem legitimidade ativa *ad causam*, uma vez que, embora de alcance nacional,

representa não apenas o Ministério Público estadual, mas também o Ministério Público da União, que não é alcançado por normas estaduais.

b) Não há assunto de iniciativa privativa no processo de reforma da Constituição estadual, de modo que não se fala em inconstitucionalidade formal.

c) A Emenda 94/2015 à Constituição de Rondônia é inconstitucional porque subtraiu do Procurador-Geral de Justiça a iniciativa para deflagrar o processo legislativo das leis complementares estaduais, pelas quais se estabelecem a organização, as atribuições e o estatuto dos Ministérios Públicos estaduais.

d) Normas da Constituição estadual não podem ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade, de modo que em observância ao princípio da subsidiariedade, seria cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental para atacar o ato do poder público que violou a autonomia do Ministério Público.

e) Não se admite medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade.

68. É da competência exclusiva do Congresso Nacional, exercida sem a sanção do Presidente da República

a) decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto na Constituição Federal.

b) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

c) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

d) dispor sobre a transferência temporária da sede do Governo Federal.

e) regulamentar telecomunicações e radiodifusão.

**DIREITO ADMINISTRATIVO E TRANSPARÊNCIA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Antônio Daud

69. É hipótese de dispensa de licitação prevista na Lei 14.133/2021:

- a) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração.
- b) contratação de remanescente de obra em consequência de rescisão contratual.
- c) construção de estabelecimentos penais.
- d) manutenção de veículos automotores em valores inferiores a R\$ 100 mil.
- e) contratação de serviços técnicos de aperfeiçoamento de pessoal.

70. Quanto aos recursos manejados no âmbito de uma licitação, considerando o rito procedimental comum da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) seguem os mesmos preceitos contidos na Lei 8.666/1993.
- b) são apreciados em fase única.
- c) o acolhimento implicará invalidação de todo o processo licitatório.
- d) o exercício do direito de recorrer pode ocorrer a qualquer tempo até a declaração do licitante vencedor.
- e) ao final do processo licitatório, a autoridade superior poderá anular a licitação, de ofício ou mediante provocação, caso seu objeto não afigure mais conveniente.

71. Assinale, abaixo, uma característica do pregão, à luz da Lei 14.133/2021:

- a) possibilidade de adoção do critério “técnica e preço”.
- b) condução por agente de contratação ou comissão de contratação.
- c) obrigatoriedade de adoção para contratação de serviços de engenharia comuns.
- d) inviabilidade de adoção para aquisição de bens especiais.

e) discricionariedade em sua adoção para contratação de objetos comuns.

72. Em relação à duração dos contratos administrativos, à luz da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) É de no máximo 5 anos a vigência dos contratos de serviço continuado, inclusive quanto à operação de sistemas estruturantes de tecnologia da informação.
- b) Terão a duração máxima de 35 anos os contratos de eficiência sem investimento.
- c) É vedado, em caráter absoluto, o estabelecimento de contrato administrativo por prazo indeterminado.
- d) Os contratos de fornecimentos contínuos terão duração de até 5 anos, embora possam ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal.
- e) Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência nunca poderá ser prorrogado.

73. Segundo dispõe a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016), a quantidade de membros do Conselho de Administração será definida no estatuto da empresa, devendo possuir:

- a) entre 7 e 11 membros.
- b) entre 3 e 5 membros.
- c) mínimo de 3 membros, sem limitação máxima.
- d) entre 8 e 12 membros.
- e) no mínimo 24 membros.

74. No que se refere ao controle das contratações públicas, à luz da Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) A legislação estabelece expressamente que, como mecanismo de governança, as contratações públicas sejam submetidas a práticas descontinuadas de gestão de riscos e de controle repressivo.
- b) A legislação exige que as contratações públicas sujeitar-se-ão a três linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha o órgão central de controle interno da Administração.
- c) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.

- d) Inexistem regras próprias na Lei 14.133/2021 que disciplinem o controle legislativo da Administração, dado que este somente se pauta por normas de estatuta constitucional.
- e) Para resguardar sua independência, os tribunais de contas estão impedidos de promover eventos de capacitação sobre contratações públicas para servidores públicos que possam se enquadrar como jurisdicionados.

75. Segundo prevê a Lei 12.527/2011, é correto afirmar que o acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter:

- a) informação pertinente à administração do patrimônio público.
- b) informação contida em registros, produzidos ou acumulados por órgãos públicos, recolhidos ou não a arquivos públicos.
- c) informação sobre atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.
- d) informação custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- e) informação íntegra, autêntica, secundária e atualizada.

76. Segundo prevê a Lei Estadual nº 2.794/2003, a respeito do Processo Administrativo Estadual, é correto afirmar que pode(m) ser objeto de delegação:

- a) a competência para a edição de atos de caráter normativo.
- b) a decisão de recursos administrativos.
- c) as matérias de competência exclusiva do agente, órgão ou entidade.
- d) as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa na forma por ela determinada.
- e) as competências acidentais, que justifiquem a existência do órgão ou entidade.

77. No que diz respeito ao controle sobre a atuação administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) O controle judicial, em regra, se dá em caráter corretivo, havendo, contudo, situações em que admite-se o controle judicial prévio, a exemplo do Mandado de Segurança Preventivo.
- b) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal integra o controle externo exercido pela Justiça Federal com o auxílio das contadorias dos respectivos tribunais.
- c) O controle judiciário deriva do poder-dever de autotutela que se exerce sobre os atos a administração pública.
- d) O controle administrativo se dá sobre aspectos de legalidade e de mérito, podendo ser exercido unicamente pelo Poder Executivo sobre suas próprias ações.
- e) O poder de fiscalização que um órgão da administração centralizada exerce sobre autarquia a ele vinculada caracteriza controle administrativo por subordinação.

78. Lázara, servidora pública lotada em uma secretaria de saúde estadual, foi designada para exercer o cargo de Diretora-Geral de Administração, autoridade competente em matéria de licitações e contratos. No exercício de suas atribuições, a servidora intencionalmente praticou ato visando fim proibido em lei, que resultou na celebração de contrato mediante inexigibilidade de licitação fora das hipóteses previstas em lei.

Diante desta situação, marque a alternativa INCORRETA:

- a) caso a ilegalidade resulte na instauração de sindicância apuratória, caberá à própria autoridade administrativa responsável decretar a indisponibilidade dos bens de Lázara, a qual recairá sobre acervo de bens que assegurem o integral ressarcimento do dano.
- b) caso Lázara seja condenada pela prática de improbidade administrativa, não estará sujeita à perda dos direitos políticos.
- c) a conduta de Lázara poderá caracterizar ato de improbidade, seja mediante culpa ou dolo.

- d) a servidora estará sujeita às sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa ainda que suas contas tenham sido aprovadas por órgãos de controle.
- e) o sucessor de Lázara está sujeito às cominações da Lei de Improbidade até o limite do valor da herança recebida.

79. No tocante à prestação de serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) As concessionárias de serviços são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de cinco datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- b) As concessionárias de serviços são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de quatro datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- c) A concessão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.
- d) A autorização de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.
- e) Não se caracteriza descontinuidade do serviço a sua interrupção, após prévio aviso, em virtude de inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade, a qual não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

80. Segundo prevê o Estatuto dos Servidores do Estado do Amazonas, a falta sujeita à repreensão prescreverá em:

- a) dois meses.
- b) 180 dias.
- c) um ano.
- d) dois anos.
- e) três anos.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCE-AM-04-07-21>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>